

CONJUNTURA CNseg



ANO 1 | Nº 2 | DEZEMBRO/2018



Sumário

Apresentação	3
Editorial	4
Economia Brasileira.....	5
Mercado Segurador.....	10
Resumo Estatístico	13
Glossário.....	18

Apresentação

A CNseg

A Confederação das Seguradoras - CNseg é uma associação civil, com atuação em todo o território nacional, que reúne as Federações que representam as empresas integrantes dos segmentos de Seguros, Previdência Privada Complementar Aberta e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

A CNseg tem a missão de congregar as lideranças das associadas, elaborar o planejamento estratégico do setor, colaborar para o aperfeiçoamento da regulação governamental, coordenar ações institucionais de debates, divulgação e educação securitária e representar as associadas junto a

autoridades públicas e a entidades nacionais e internacionais do mercado de seguros.

A Conjuntura CNseg é uma análise mensal do estado dos segmentos de Seguros de Danos e Responsabilidades, Coberturas de Pessoas, Saúde Suplementar e Capitalização, com o objetivo de examinar aspectos econômicos, políticos e sociais que podem exercer influência sobre o mercado segurador brasileiro. Em meses de referência de fechamento de trimestre, essa publicação reúne também os Destaques dos Segmentos, a atualização das Projeções de Arrecadação, os Boxes Informativos Estatístico, Jurídico e Regulatório e o acompanhamento da Produção Acadêmica em Seguros.



Editorial



Marcio Serôa de Araujo Coriolano,
presidente da CNseg.

Ao incorporar o mês de outubro de 2018, a arrecadação acumulada no ano mostra pequena desaceleração em comparação a 2017. O desempenho do setor de seguros permanece apontando para maior protagonismo do segmento de Danos e Responsabilidades, enquanto no segmento de Cobertura de Pessoas as suas duas metades continuam com desempenhos opostos: crescimento consistente dos Planos de Vida Risco e decréscimo dos Planos de Acumulação. Em termos globais, o mercado recuou 0,3%, sem considerar o DPVAT.

Divulgados, pela Susep, os dados do mercado de seguros até outubro, não há evidências de mudança substancial no desempenho setorial conforme acompanhado sistematicamente por esta publicação conjuntural. A dinâmica do mercado, ainda afetada pelo ciclo recessivo recente e volatilidade de expectativas do período pré-eleitoral, é caracterizada pelo comportamento assimétrico dos diferentes ramos de seguros.

Comparando-se os dez meses de 2018 com o mesmo período de 2017, a arrecadação total decresceu 0,9%, e 0,3% quando desconsiderado o DPVAT. Embora, como aqui reiteradamente lembrado, a média da evolução do setor não mais reflita a resposta das várias proteções do seguro às preferências da demanda e oportunidades do negócio.

Segregando-se segmentos e ramos de seguros, cabe destaque ao crescimento dos ramos Patrimonial, Transportes, Crédito e Garantias, e Rural, mostrando diversificação intrasectorial e

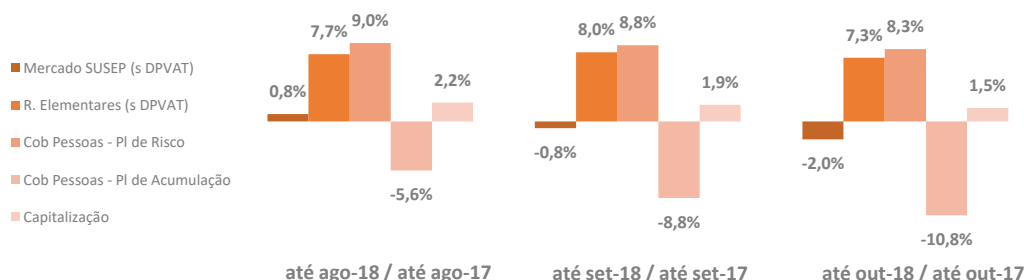
reposicionamento competitivo. Uma das locomotivas históricas do setor, o ramo de Automóveis, depois de um ano de 2017 com resultado decepcionante, vem acumulando expansão de 6,6%, que pode ser considerado bom resultado. Da mesma forma, alvissareira é a performance de outro segmento de grande densidade de volumes como o de cobertura de Pessoas - Planos de Risco, aproximando-se de 10% nominais.

O encerramento do ano deverá ser pautado pela expectativa do comportamento dos Planos de Acumulação, PG e VGBL, nos dois meses que ainda faltam, tradicionalmente de energia de vendas e demanda forte por esses produtos. Por essa característica sazonal, é prematuro prever a taxa final de crescimento do mercado.

Abaixo, alinham-se os gráficos de desempenho dos grandes segmentos dos seguros, desta vez em médias de 12 meses móveis, reforçando as diferentes contribuições das linhas de negócios em série de dados mais longa.

CRESCIMENTO NOMINAL DA ARRECADAÇÃO – 12 MESES MÓVEIS

(sem DPVAT e saúde suplementar)



Fonte: SES (SUSEP)

Economia Brasileira

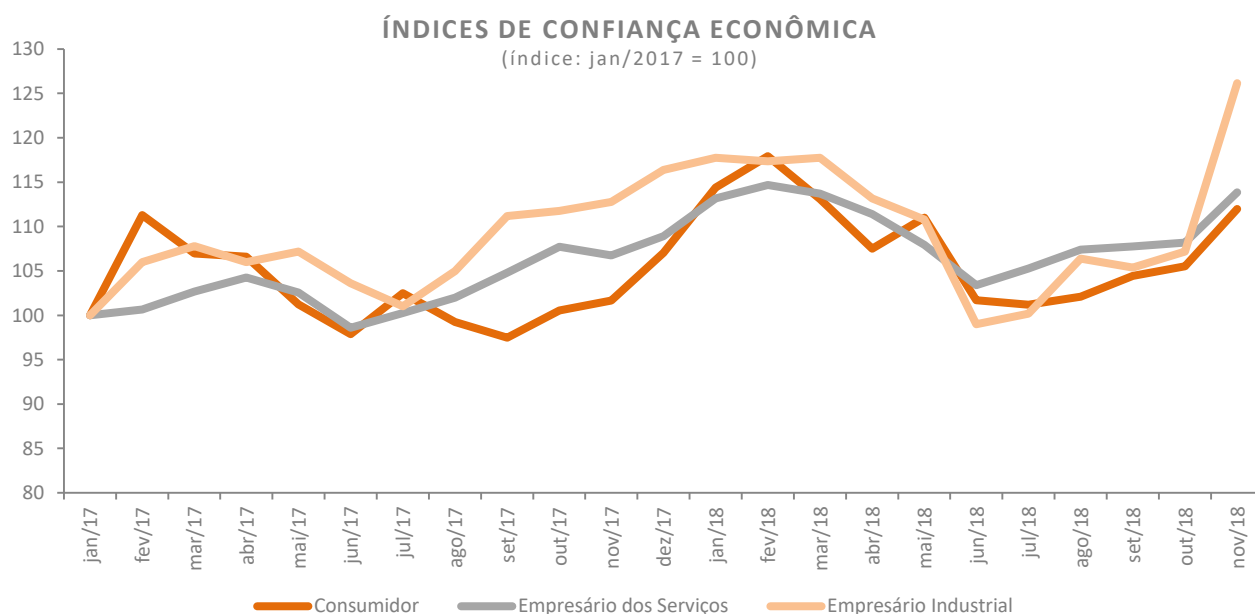
Análise Conjuntural

A divulgação do PIB do terceiro trimestre mostrou que a economia brasileira vem recuperando, ainda que vagarosamente, o fôlego em sua retomada cíclica, depois de dois anos consecutivos de recessão (contração de 3,5% em 2015 e de 3,3% em 2016). Nas últimas semanas, notícias auspiciosas vieram das divulgações de índices de confiança do consumidor e setoriais para os primeiros meses do quarto trimestre, na esteira da redução da incerteza associada ao cenário eleitoral.

A confiança de empresários e consumidores na economia reduziu-se ao longo de todo primeiro semestre do ano. Primeiramente, em ritmo mais lento, conforme eram divulgados dados de atividade que deixavam claro que a economia não estava crescendo como se esperava à época e as condições do mercado de trabalho

permaneciam desfavoráveis, com taxa de desocupação ainda bastante alta, crescimento modesto da renda (mesmo com inflação baixa) e aumento da informalidade. Em junho, porém, a confiança sofreu queda acentuada, causada pela paralisação dos transportadores. A seguir, a confiança passou a se recuperar vagarosamente, até que em novembro cresceu a ponto de chegar, no caso do empresário industrial, aos níveis mais altos dos últimos dois anos, estimulada pelo anúncio dos primeiros nomes da equipe econômica do novo governo.

Para consumidores e empresários dos serviços – atividade que depende mais diretamente das condições econômicas das famílias –, a recuperação da confiança também está em curso e ganhou tração em novembro, mas com intensidade menor que a do empresário industrial.



Alguns resultados de indicadores de atividade, no entanto, suscitam cautela na análise desse momento de maior otimismo com o fim do ciclo eleitoral, pois sugerem crescimento ainda moderado do nível de atividade. A produção industrial, por exemplo, na passagem de setembro para outubro, registrou crescimento de 0,2%, na série livre de efeitos sazonais da PIM-PF (Pesquisa Industrial Mensal Produção Física), do IBGE. Não pode ser considerado um resultado ruim, mas, além do crescimento ter sido pouco disseminado – apenas 12 dos 24 subsetores da indústria apresentaram crescimento no mês – consolida uma série de resultados decepcionantes para um setor que vinha apresentando dinamismo superior ao da economia como um todo, levando a sucessivas reduções nas projeções de crescimento desse setor ao longo do ano. Já as vendas do varejo recuaram 0,4% em relação a setembro, segunda queda mensal consecutiva, de acordo com os dados da PMC (Pesquisa Mensal do Comércio), também do IBGE.

O próprio cenário de baixa inflação ao consumidor é uma evidência forte de que a demanda doméstica, um dos principais motores da economia, se encontra ainda desaquecida por conta, principalmente, do fraco desempenho do mercado de trabalho – com recuperação do emprego concentrada no mercado informal – e do ritmo lento de expansão da renda das famílias. Os resultados mais recentes da inflação oficial dão suporte a essa análise. Em novembro, o IPCA registrou deflação de 0,21%, abaixo do esperado pelo mercado, levando a inflação oficial para 4,05% no acumulado de 12 meses. Dois itens específicos puxaram o indicador para baixo: energia elétrica e gasolina.

Entretanto, os patamares baixos da inflação não podem ser justificados apenas por esses itens, já que até medidas menos voláteis, como os núcleos de inflação¹, apresentaram variação muito baixa ou até mesmo negativa em novembro, mantendo-se ao redor de 3% no acumulado de 12 meses. Vale destacar também que o índice de difusão, percentual de subitens do IPCA com variação positiva no mês, voltou a cair em novembro, indo a 55%, bastante abaixo da média dos últimos 10 anos (62%).

Apesar do cenário titubeante no curto prazo, as perspectivas – sustentadas pelos índices de confiança anteriormente analisados – são de que a economia brasileira comece 2019 mais aquecida. No entanto, os desafios no caminho de uma retomada mais consistente são grandes.

Em primeiro lugar, está cada vez mais claro que o cenário externo poderá ser bastante desafiador. Pressões negativas devem vir da economia norte-americana nos próximos meses, de uma maneira ou de outra: se os Estados Unidos de fato enfrentarem uma desaceleração significativa, como muitos analistas acreditam, o crescimento mundial será afetado e, consequentemente, o impulso externo à economia brasileira será menor. Por outro lado, se a desaceleração não se concretizar ou for mais branda, o Federal Reserve, autoridade monetária do país, teria de subir os juros com maior intensidade para controlar a inflação, que poderia ganhar força com a manutenção do desemprego em mínimas históricas e forte crescimento dos salários médios. Juros mais altos nos Estados Unidos, no geral, não são boas notícias para mercados emergentes, como o brasileiro.

Seja qual for o cenário que se concretize na economia norte-americana, isso ocorreria em um contexto de crescentes tensões políticas e econômicas entre o país e a China, que se estendem para além dos efeitos da guerra comercial, agravando o quadro.

Na Europa, os mais recentes indicadores de atividade exibem um quadro de desaceleração, o que se soma aos problemas que se acumulam com a saída do Reino Unido da União Europeia (o *Brexit* “na prática” vem se provando muito mais complexo do que se imaginava) e a lassidão fiscal do novo governo italiano.

O maior pessimismo com a economia mundial é um dos principais fatores por trás da grande volatilidade dos mercados financeiros nos últimos dias, com queda do Ibovespa após um pico alcançado no início de dezembro e forte depreciação do câmbio, que subiu de R\$/US\$ 3,64 no final de outubro para mais de R\$/US\$ 3,90 nas últimas semanas.

¹ Uma definição mais detalhada dos núcleos de inflação citados pode ser encontrada no Glossário desta publicação.

No cenário interno, nosso principal desafio no campo macroeconômico continua sendo a situação fiscal. Diferentemente do que ocorreu na transição de governo em 2002, quando a maior dificuldade estava no setor externo, é pouco provável que o estado das contas públicas seja equacionado apenas com uma ampliação do esforço fiscal do governo. Mesmo com o controle dos gastos discricionários em período mais recente, o déficit primário permanece alto e a dívida pública se encontra em patamares elevados, ainda mais quando comparados aos de outros países emergentes. Será necessário avançar na agenda de reformas estruturais, sendo a mais

fundamental delas a da previdência, mas apenas essa pode não ser suficiente. Evidência disso é um documento² encaminhado pelo Ministério da Fazenda à equipe de transição de governo, ressaltando que, apenas com o corte de gastos, não seria possível passar de um déficit primário em torno de 2% do PIB para um superávit que estabilize a dívida pública, isto é, seria necessário também aumentar impostos. Isso sugere o alto grau de complexidade do ajuste que será necessário para estabilizar a economia do país – envolvendo, inclusive, reformas microeconômicas nos quais está inserido o setor segurador.

Acompanhamento das Expectativas Econômicas

(data de corte: 07/12/2018)

Notas	Variável	Realizado 2018	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2018				
				Atual	Anterior	4 semanas	13 semanas	Início do ano
				07/12/18	30/11/18	09/11/18	06/09/18	05/01/18
3	PIB	1,13%	1,39%	1,30%	1,32%	1,36%	1,40%	2,69%
2	Produção Industrial (quantum)	1,87%	2,32%	1,99%	2,16%	2,22%	2,26%	3,14%
3	PIB Indústria	0,93%	1,32%	1,25%	1,25%	1,64%	1,70%	3,26%
3	PIB de Serviços	1,35%	1,52%	1,39%	1,39%	1,31%	1,39%	2,23%
3	PIB Agropecuário	-0,34%	0,42%	0,16%	0,16%	0,06%	0,20%	0,90%
1	IPCA	3,59%	4,05%	3,71%	3,89%	4,23%	4,05%	3,95%
1	IGP-M	8,73%	9,69%	8,74%	8,91%	9,44%	8,25%	4,38%
1	SELIC	6,40%	6,40%	6,50%	6,50%	6,50%	6,50%	6,75%
1	Câmbio	3,86	3,86	3,78	3,75	3,70	3,80	3,34
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	53,26%	53,26%	54,00%	54,00%	54,00%	54,20%	55,60%
2	Conta-Corrente (em US\$ bi)	-11,33	-15,40	-15,15	-15,05	-16,00	-17,55	-29,87
2	Balança Comercial (em US\$ bi)	43,80	51,69	58,00	58,00	56,70	55,00	52,00
2	Investimento Direto no País (em US\$ bi)	67,51	75,00	70,00	70,00	68,50	67,00	80,00
1	Preços Administrados	7,13%	7,36%	6,95%	7,10%	7,48%	7,20%	4,95%

Fontes: SGS (BCB), SIDRA (IBGE) e IPEADATA

Notas: 1- dados até novembro; 2- dados até outubro; 3- dados até junho

² "Reformas econômicas em 2016-2018 e perspectivas para o próximo mandato presidencial". Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/balanco-e-perspectivas/artigos-e-analises/reformas-economicas-em-2016-2018-e-perspectivas-para-o-proximo-mandato-presidencial/view>

Notas	Variável	Realizado 2018	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2019				
				Atual	Anterior	4 semanas	13 semanas	Início do ano
				07/12/18	30/11/18	09/11/18	06/09/18	05/01/18
3	PIB	1,13%	1,39%	2,53%	2,53%	2,50%	2,50%	2,80%
2	Produção Industrial (quantum)	1,87%	2,32%	3,02%	3,02%	3,04%	2,82%	3,00%
3	PIB Indústria	0,93%	1,32%	2,80%	2,80%	2,67%	2,60%	2,50%
3	PIB de Serviços	1,35%	1,52%	2,20%	2,20%	2,15%	2,30%	2,45%
3	PIB Agropecuário	-0,34%	0,42%	2,55%	2,55%	2,58%	3,00%	3,00%
1	IPCA	3,59%	4,05%	4,07%	4,11%	4,21%	4,11%	4,25%
1	IGP-M	8,73%	9,69%	4,44%	4,48%	4,50%	4,49%	4,30%
1	SELIC	6,40%	6,40%	7,50%	7,75%	8,00%	8,00%	8,13%
1	Câmbio	3,86	3,86	3,80	3,80	3,76	3,70	3,40
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	53,26%	53,26%	56,50%	57,03%	56,45%	57,60%	57,70%
2	Conta-Corrente (em US\$ bi)	-11,33	-15,40	-27,05	-27,20	-28,00	-32,00	-42,50
2	Balança Comercial (em US\$ bi)	43,80	51,69	53,40	52,24	51,00	47,10	45,00
2	Investimento Direto no País (em US\$ bi)	67,51	75,00	77,20	76,00	72,50	74,00	80,00
1	Preços Administrados	7,13%	7,36%	4,80%	4,80%	4,80%	4,80%	4,30%

Fontes: SGS (BCB), SIDRA (IBGE) e IPEADATA

Notas: 1- dados até novembro; 2- dados até outubro; 3- dados até junho

Entramos no último mês do ano e ainda persistem alguns focos relevantes de incerteza.

Divulgações recentes de indicadores de nível de atividade abaixo do esperado pelo mercado financeiro têm reduzido, ainda que marginalmente, as projeções para o crescimento da economia brasileira compiladas pelo relatório Focus do Banco Central do Brasil. Em relação ao último mês, na data de corte desta publicação, a mediana do crescimento projetado para o PIB em 2018 caiu de 1,36% para 1,30%, influenciada, principalmente, pelo resultado do PIB do 3º trimestre (crescimento acumulado no ano até setembro de 1,13%). Trata-se de uma redução

relativamente pequena, mas vale lembrar que ela ocorreu mesmo no contexto de maior otimismo que marcou o período pós-eleitoral.

Em relação a 2019, os grandes desafios que deverão ser enfrentados para que o país retorne a uma trajetória de crescimento sustentável – detalhados anteriormente na Análise Conjuntural – continuam a impor um teto ao crescimento projetado para o PIB. Assim, em relação ao último mês, a mediana do crescimento projetado para o PIB no ano que vem ficou praticamente estável, tendo aumentado de 2,50% para 2,53%.

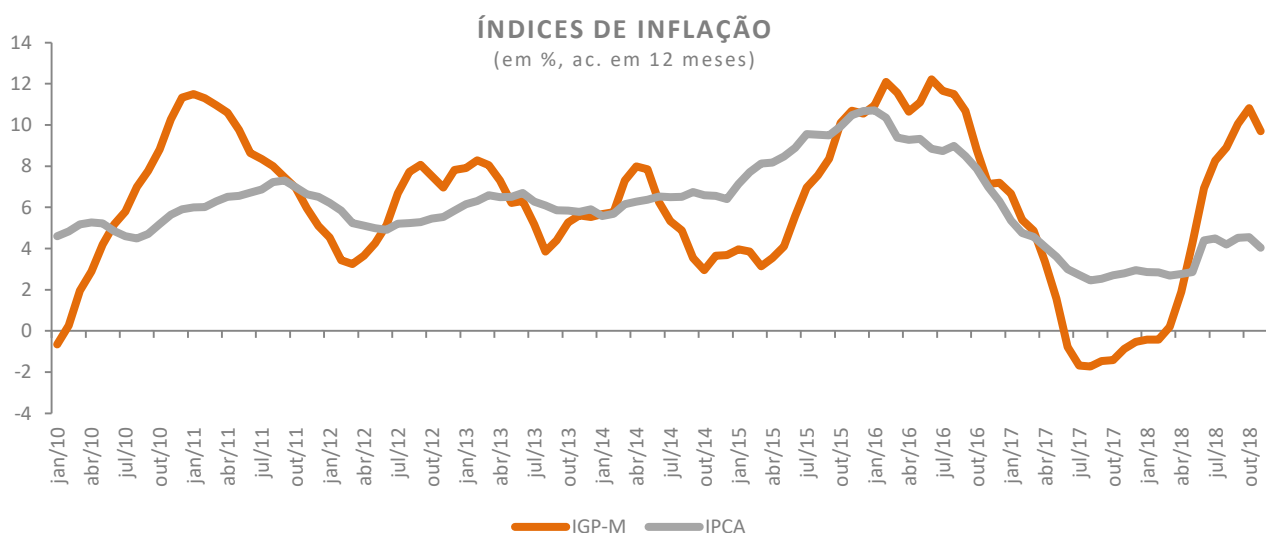
É marcante ainda a queda nas projeções para a produção industrial em 2018, como efeito dos resultados frustrantes dos últimos meses. Nas últimas quatro semanas, caiu de 2,22% para 1,99%. No início do ano, projetava-se um crescimento de 3,14% para esse indicador.

O mercado financeiro ainda vê dificuldades na estabilização de indicadores fiscais nos próximos anos, a exemplo da Dívida Líquida do Setor Público como percentual do PIB que, segundo as projeções mais recentes do Focus, deve aumentar de 54,0% para 56,5% entre 2018 e 2019.

A divulgação do IPCA de novembro, abaixo do esperado, registrando deflação de 0,21%, reforçou a queda nas projeções para a inflação medida por esse indicador, que já eram intensas nas últimas semanas. Há apenas quatro semanas, a projeção mediana de mercado para o IPCA deste ano era de 4,23%. Na data de corte desta publicação, a projeção havia sido reduzida para 3,71%. Para o fechamento do ano que vem, mesmo sem uma redução nas expectativas de crescimento da economia, a projeção mediana para o IPCA também caiu de 4,21% para 4,07%. Até mesmo as projeções para o IGP-M, que subiram muito ao longo do ano devido à grande influência que as variações cambiais exercem sobre parte

significativa dos componentes desse índice, apresentaram queda nas últimas semanas devido à redução na inflação projetada para o consumidor. Nas últimas quatro semanas, a projeção mediana de mercado para o IGP-M em 2018 caiu de 9,44% para 8,74%. Em relação a 2019, a projeção caiu de 4,50% para 4,44%, mesmo com as expectativas para a taxa de câmbio mais depreciadas, seguindo os movimentos da cotação corrente nesse mesmo período. Para o fechamento deste ano, a projeção mediana para a taxa de câmbio subiu de R\$/US\$ 3,70 para R\$/US\$ 3,78. Para 2019, passou de R\$/US\$ 3,76 para R\$/US\$ 3,80.

Apesar da depreciação cambial, o cenário inflacionário bastante confortável, fruto não apenas da demanda doméstica fraca – ainda que em recuperação na margem – como também da condução da política monetária pela atual diretoria do Banco Central, tem efeitos diretos sobre as expectativas para a taxa básica de juros. Como se esperava, o Copom manteve a Selic em 6,5% na reunião do dia 12 de dezembro, a última deste ano. Para 2019, entretanto, a projeção mediana foi novamente reduzida, de 8,00% para 7,50% nas últimas quatro semanas, confirmando o movimento que importantes agentes do mercado financeiro já vinham sinalizando, como foi destacado na última edição desta publicação.

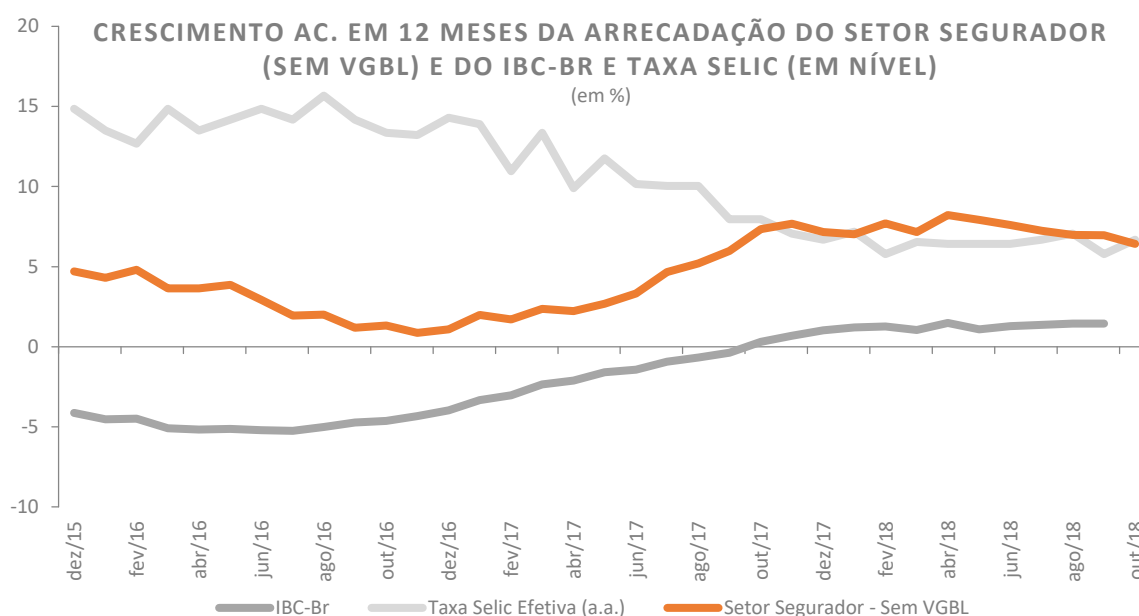


Mercado Segurador

Análise de Desempenho

O setor de seguros regulado pela Susep arrecadou, em outubro, R\$ 21,1 bilhões em prêmios diretos de seguros, contribuições de previdência e faturamento de capitalização, o que representa uma queda de 1,2% em relação ao mesmo mês do ano passado, resultado mais favorável que a queda de 6,9% registrada pela mesma métrica em setembro. No acumulado do ano, a queda está em 0,9%, em termos nominais. Entretanto, para uma comparação mais adequada, convém excluir do cálculo os números do seguro DPVAT¹: feito tal ajuste, a queda na arrecadação é de 0,3%, indicando estabilidade nas condições do setor.

Os dados de outubro deixam ainda mais claro o diagnóstico que vem sendo traçado com as últimas divulgações, de que o setor vem respondendo de maneira heterogênea ao ciclo econômico: enquanto grupos como os planos de risco em Cobertura de Pessoas (crescimento de 9,7% no acumulado do ano) e o segmento de Danos e Responsabilidades, ou Ramos Elementares (8,5%, sem DPVAT, pela mesma métrica), têm apresentado bons resultados, acompanhando a sutil retomada do crescimento da economia, os planos de acumulação em Cobertura de Pessoas vêm apresentando quedas de magnitude semelhante (retração de 9,0% no ano) que influenciam fortemente os resultados agregados do setor, dada sua expressiva representatividade.



Fonte: SES (SUSEP) e SGS (BCB)

¹ Segundo a Resolução CNSP nº351/2017, o seguro DPVAT teve redução de 35% para o exercício de 2018 em todas as categorias (com exceção à categoria "motocicletas, motonetas, ciclomotores e similares").

Os produtos da família VGBL, com arrecadação de R\$ 78,5 bilhões até outubro, representam cerca de 40% da arrecadação total do setor de seguros regulado pela Susep. Em decorrência, como se pode ver no gráfico anterior, quando se exclui o VGBL, o crescimento da arrecadação do setor guarda estreita correlação com o crescimento do nível de atividade da economia, medido, nessa análise, pelo crescimento do IBC-BR, o índice de atividade econômica do Banco Central.

O resultado desse produto, influenciado pela busca por melhor rentabilidade em um cenário de taxas de juros historicamente baixas, tem sido determinante no desempenho do segmento de Cobertura de Pessoas, formado pelos grandes grupos dos planos de acumulação e de risco, apresentando queda de 4,5% na arrecadação nos dez primeiros meses do ano em relação ao mesmo período do ano passado. Esse segmento é, aliás, um retrato claro dos resultados desiguais do setor ao longo deste ano. O crescimento de 9,7% dos planos de risco no ano se deve, principalmente, ao aumento da arrecadação do ramo prestamista, com expressivos 19,9%, e do seguro de vida tradicional, que teve um mês de outubro forte, com expansão de 16,9% em relação ao mesmo mês de 2017, levando o crescimento da arrecadação acumulada no ano para 9,4%.

Em contraste, apesar de uma sutil melhora na arrecadação do PGBL (crescimento de 1,5% no mês de outubro em relação ao mesmo mês do ano passado suavizando a queda acumulada no ano, de 1,8%), o resultado do VGBL (queda de 9,6% até outubro) continua a ser determinante. Espera-se, entretanto, que a maior estabilidade das condições econômicas e os debates em torno da reforma da previdência estimulem a demanda por produtos de previdência privada ao longo do próximo ano.

No segmento dos seguros de Danos e Responsabilidades, destacam-se o grupo de Transportes (15,5%), Rural (13,5%) e Patrimonial Massificados (14,1%), todos mantendo taxas de crescimento de dois dígitos no acumulado do ano. O desempenho do grupo Transportes continua a ser influenciado pela implantação do Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), que prevê a indicação da Averbação do Embarque, garantindo a cobertura de seguro. No caso do Rural, há sinais de que a safra de 2019 pode vir a superar a “supersafra” de 2017, o que pode estar por trás do aumento da demanda por proteção na atividade agrícola. Um deles veio durante a divulgação da mais recente atualização do LSPA (levantamento sistemático da produção agrícola, do IBGE), quando os responsáveis pela pesquisa afirmaram que, se o clima favorecer, a safra de 2019 poderá chegar muito próxima ao recorde do ano passado. Outro sinal – esse ainda mais tangível – é a grande procura por crédito rural a juros controlados nos primeiros meses desta safra que começa a ser plantada.

Continua a destoar nesse segmento, no entanto, o desempenho do grupo Grandes Riscos Patrimoniais, com queda acumulada de arrecadação de 8,3% até outubro. Trata-se de um tipo de seguro de arrecadação volátil, ligado ao investimento em infraestrutura, que deve se beneficiar, no médio prazo, de uma retomada mais consistente do crescimento econômico e da execução de projetos de investimento. O seguro Automóvel, carteira de maior peso no segmento, continua a apresentar bons resultados, com crescimento da arrecadação acumulada de 6,6% no ano, influenciado pelo bom desempenho das vendas de automóveis: segundo dados da Fenabreve, até novembro, houve 13,6% mais emplacamentos que no mesmo período do ano passado.

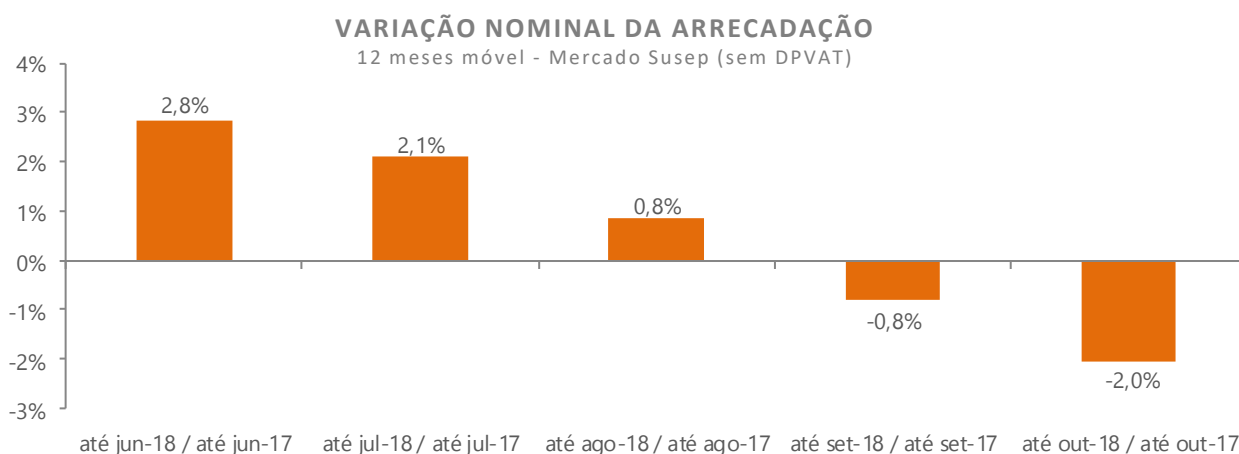
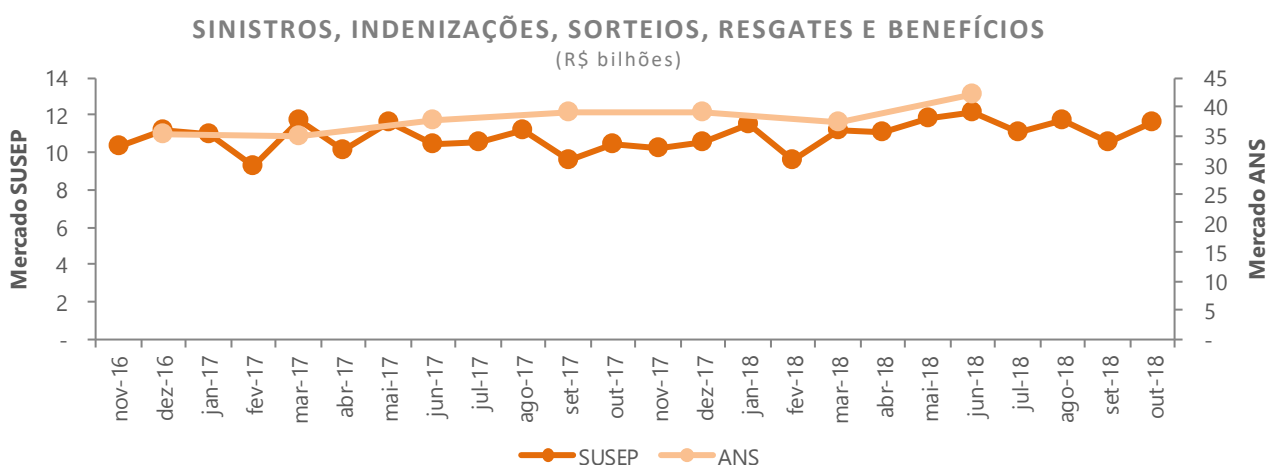
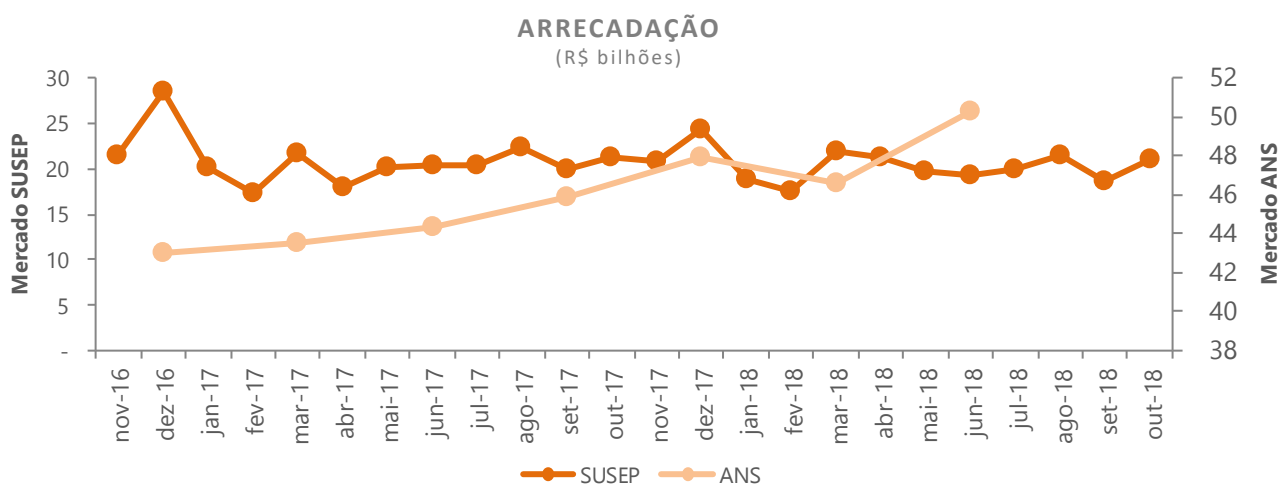
No segmento de Capitalização, o faturamento no mês de outubro foi de R\$ 1,8 bilhão, o que representa crescimento de 3,9% em relação ao mesmo mês do ano passado. Com esse resultado, a arrecadação acumulada até o outubro é 2,7% maior que no mesmo período de 2017. Trata-se de um desempenho mais fraco do que o registrado no início do ano, mas que pode ser considerado positivo, principalmente quando comparado ao de produtos que também podem ser utilizados para constituição de reservas. Outro resultado positivo do segmento é a captação líquida, que continua a apresentar crescimento, consequência da queda registrada nos resgates (-4,1% no acumulado até outubro). Mantem-se,

assim, o diagnóstico de que o consumidor dos produtos de Capitalização, apesar da melhora recente nas expectativas, continua mais cauteloso, com o objetivo de constituir reservas para situações emergenciais ou inesperadas.

O número de beneficiários de planos de saúde, segundo dados mensais da Sala de Situação da ANS, era de 71,5 milhões em outubro deste ano, 2,5% maior que no mesmo mês do ano passado, resultado de variações de 0,1% no número de beneficiários de planos de assistência médica e de 7,6% dos planos exclusivamente odontológicos.

Resumo Estatístico

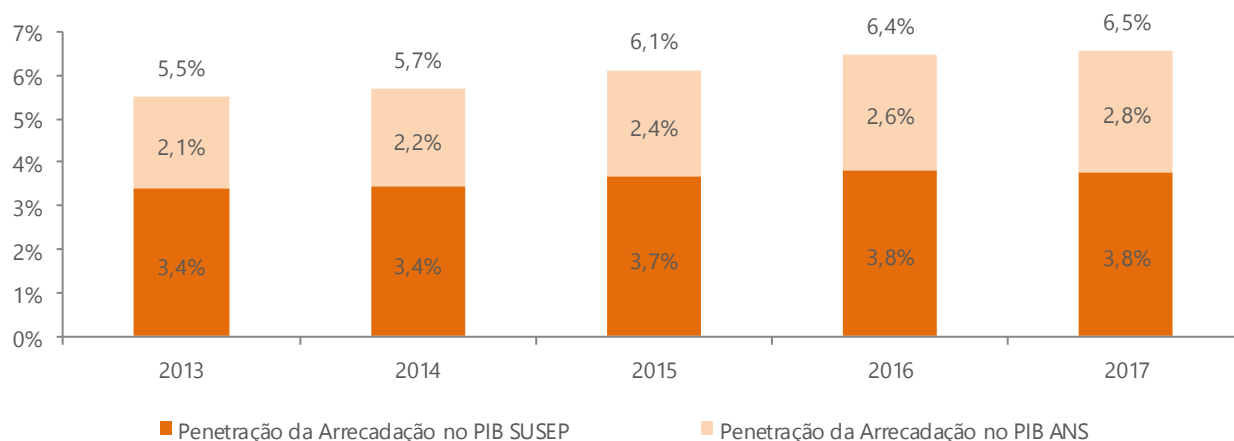
Setor Segurador (data de corte: 06/12/18)



Arrecadação (em milhões R\$)							
Apenas supervisionadas SUSEP		Até outubro		Variação %	outubro	outubro	Variação %
		2017	2018		2017	2018	
1	Ramos Elementares (sem DPVAT)	53.662,49	58.226,17	8,50%	5.643,07	6.023,89	6,75%
1.1	Automóvel	27.886,13	29.736,09	6,63%	2.832,31	3.032,94	7,08%
1.1.1	Acidentes Pessoais de Passageiros	499,66	495,37	-0,86%	52,60	54,26	3,16%
1.1.2	Casco	19.574,17	20.563,45	5,05%	1.979,22	2.108,47	6,53%
1.1.3	Responsabilidade Civil Facultativa	5.933,59	6.513,97	9,78%	615,02	651,80	5,98%
1.1.4	Outros	1.878,70	2.163,30	15,15%	185,47	218,41	17,76%
1.3	Patrimonial	9.065,75	9.789,82	7,99%	968,89	971,97	0,32%
1.3.1	Massificados	6.487,04	7.398,80	14,06%	699,13	779,71	11,53%
1.3.1.1	Compreensivo Residencial	2.177,41	2.501,18	14,87%	245,63	266,74	8,60%
1.3.1.2	Compreensivo Condominial	333,60	375,12	12,44%	35,89	39,54	10,16%
1.3.1.3	Compreensivo Empresarial	1.725,14	1.987,14	15,19%	184,91	211,14	14,18%
1.3.1.4	Outros	2.250,88	2.535,37	12,64%	232,69	262,28	12,72%
1.3.2	Grandes Riscos	2.321,03	2.127,86	-8,32%	239,20	172,74	-27,79%
1.3.3	Risco de Engenharia	257,68	263,16	2,13%	30,56	19,52	-36,10%
1.4	Habitacional	3.136,34	3.333,37	6,28%	327,65	338,52	3,32%
1.5	Transportes	2.194,32	2.535,32	15,54%	226,97	266,52	17,43%
1.5.1	Embarcador Nacional	678,85	749,28	10,38%	67,28	71,03	5,57%
1.5.2	Embarcador Internacional	348,55	425,50	22,08%	29,68	52,66	77,43%
1.5.3	Transportador	1.166,92	1.360,54	16,59%	130,01	142,83	9,86%
1.6	Crédito e Garantia	3.192,61	3.485,12	9,16%	331,26	339,64	2,53%
1.7	Garantia Estendida	2.238,79	2.439,71	8,97%	224,27	236,92	5,64%
1.8	Responsabilidade Civil	1.312,71	1.430,11	8,94%	151,42	159,44	5,29%
1.8.1	Responsabilidade Civil D&O	293,02	320,93	9,52%	34,30	33,98	-0,94%
1.8.2	Outros	1.019,69	1.109,18	8,78%	117,12	125,46	7,12%
1.9	Rural	3.464,90	3.930,95	13,45%	450,13	472,63	5,00%
1.10	Marítimos e Aeronáuticos	596,24	604,06	1,31%	55,30	61,44	11,12%
1.10.1	Marítimos	321,69	291,48	-9,39%	33,27	40,72	22,40%
1.10.2	Aeronáuticos	274,55	312,58	13,85%	22,03	20,72	-5,93%
1.11	Outros	574,72	941,61	63,84%	74,87	143,88	92,16%
2	Coberturas de Pessoas	125.914,22	120.239,89	-4,51%	13.610,04	12.937,37	-4,94%
2.1	Planos de Risco	28.425,14	31.193,99	9,74%	2.968,94	3.311,80	11,55%
2.1.1	Vida	11.213,70	12.266,65	9,39%	1.128,29	1.318,53	16,86%
2.1.2	Prestamista	7.756,14	9.302,79	19,94%	880,20	961,39	9,22%
2.1.3	Viagem	427,31	416,70	-2,48%	33,61	40,45	20,36%
2.1.4	Outros	9.027,99	9.207,85	1,99%	926,84	991,43	6,97%
2.2	Planos de Acumulação	93.948,10	85.501,04	-8,99%	10.301,34	9.222,35	-10,47%
2.2.1	Família VGBL	86.858,24	78.536,90	-9,58%	9.558,37	8.468,19	-11,41%
2.2.2	Família PGBL	7.089,86	6.964,14	-1,77%	742,97	754,16	1,51%
2.3	Planos Tradicionais	3.540,98	3.544,86	0,11%	339,76	403,22	18,68%
3	Capitalização	16.945,30	17.407,66	2,73%	1.779,47	1.849,29	3,92%
=1+2+3	Mercado Segurador (sem DPVAT)	196.522,01	195.873,71	-0,33%	21.032,58	20.810,55	-1,06%
4	DPVAT	5.419,61	4.236,99	-21,82%	307,23	268,59	-12,57%
=1+2+3+4	Mercado Segurador	201.941,62	200.110,70	-0,91%	21.339,81	21.079,15	-1,22%

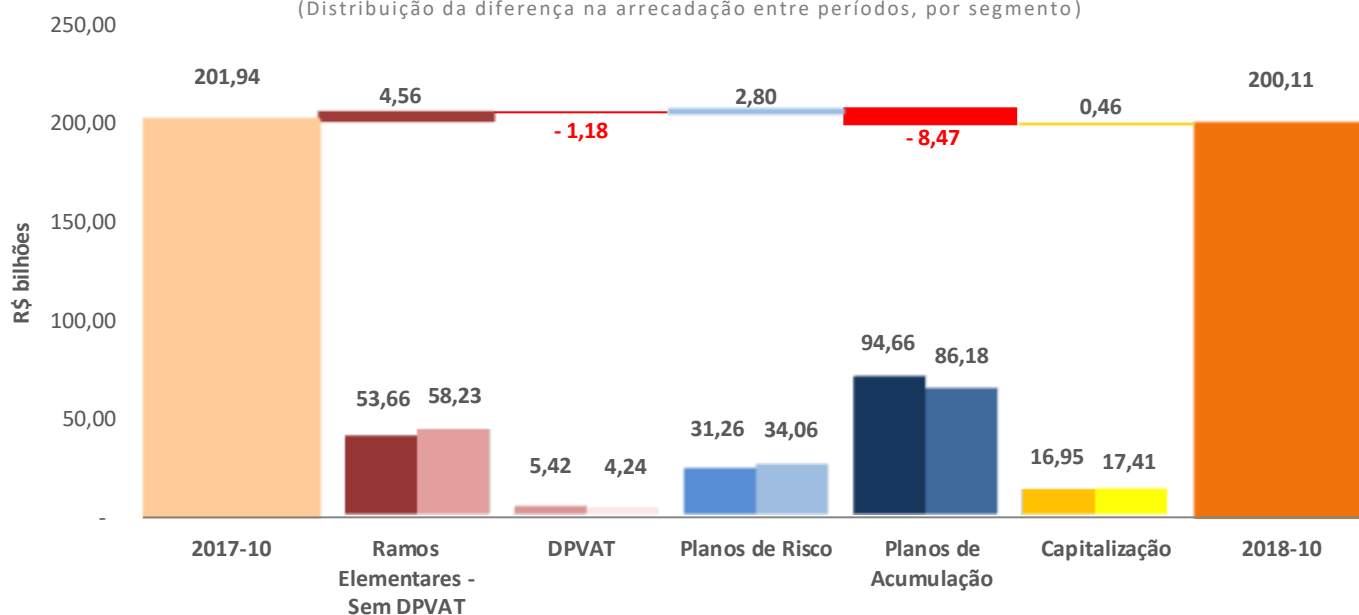
Nota: Valores referentes ao ramo dotal misto foram incluídos na parte de planos de risco, embora apresente características mistas de risco e acumulação.
Fonte: SES (SUSEP)

PENETRAÇÃO DA ARRECADAÇÃO NO PIB



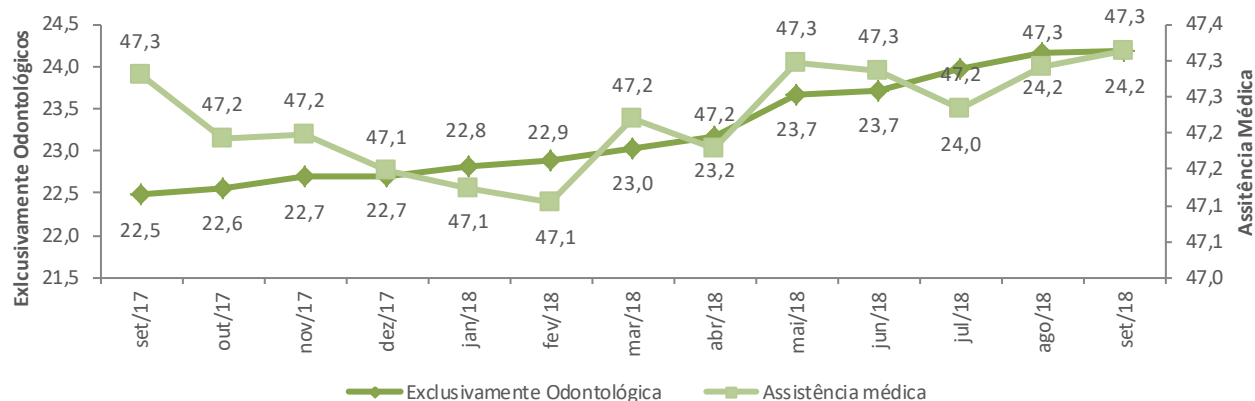
RAMOS ELEMENTARES (SEM DPVAT) + DPVAT + PLANOS DE RISCO + PLANOS DE ACUMULAÇÃO + CAPITALIZAÇÃO

(Distribuição da diferença na arrecadação entre períodos, por segmento)



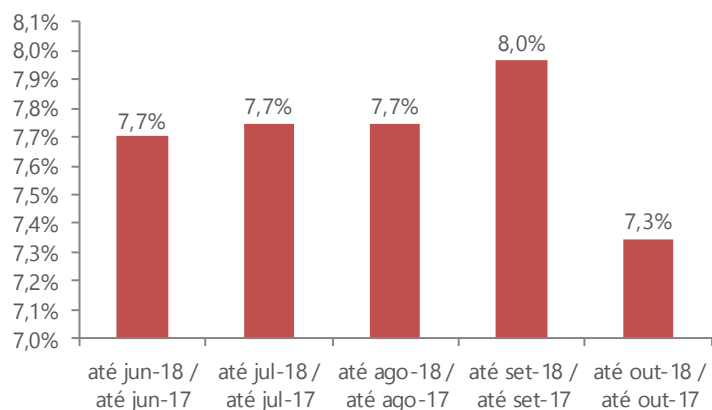
BENEFICIÁRIOS EM PLANOS DE SAÚDE

(em milhões de usuários)

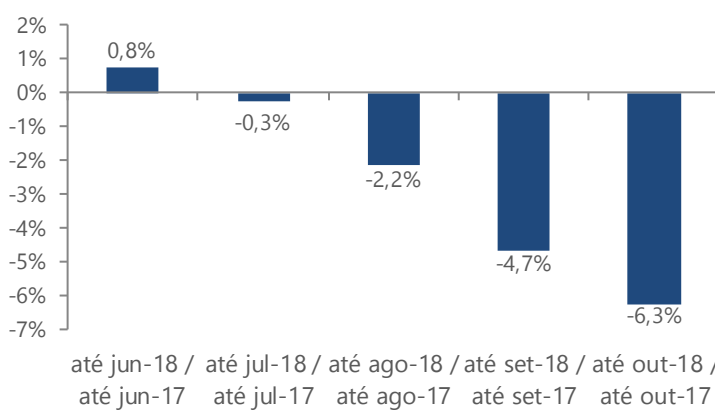


VARIAÇÃO NOMINAL DA ARRECADAÇÃO 12 MESES MÓVEL

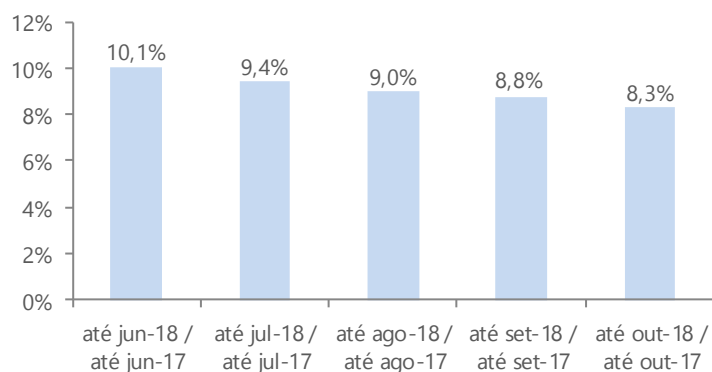
Ramos Elementares (sem DPVAT)



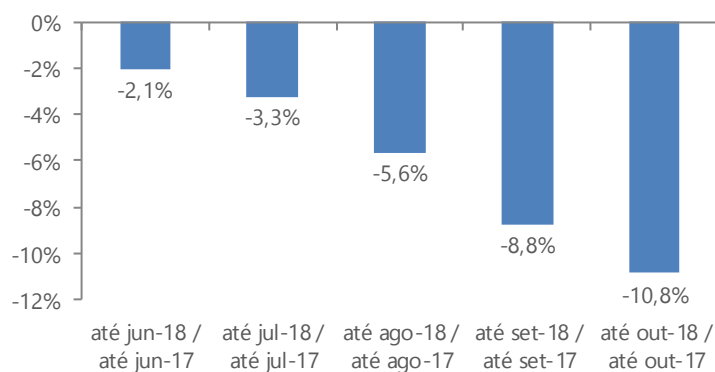
Cobertura de Pessoas



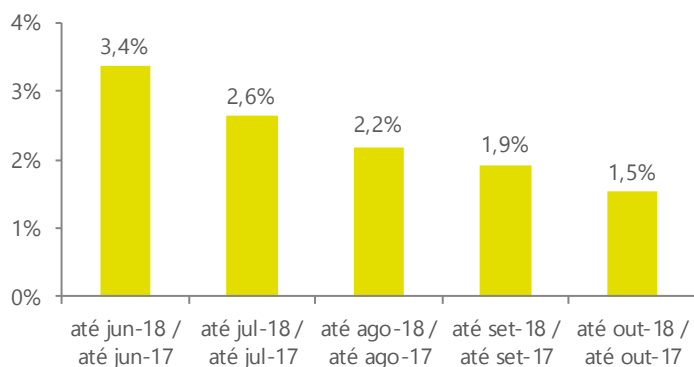
Cobertura de Pessoas – Planos de Risco



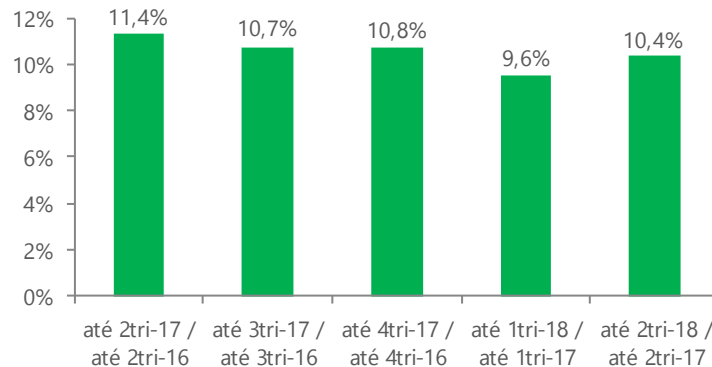
Cobertura de Pessoas – Planos de Acumulação



Capitalização



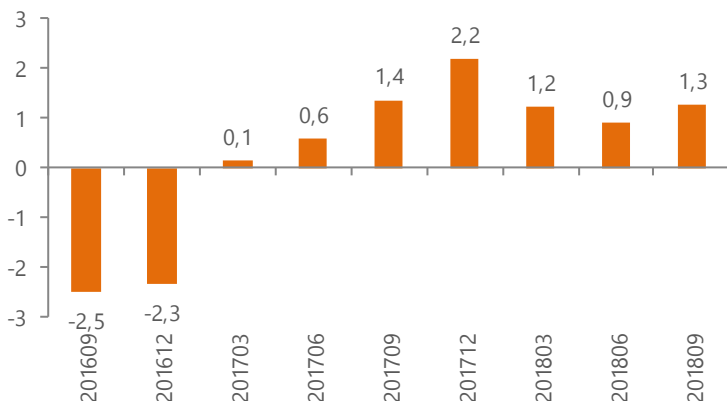
Saúde Suplementar



Indicadores Econômicos (data de corte: 11/12/18)

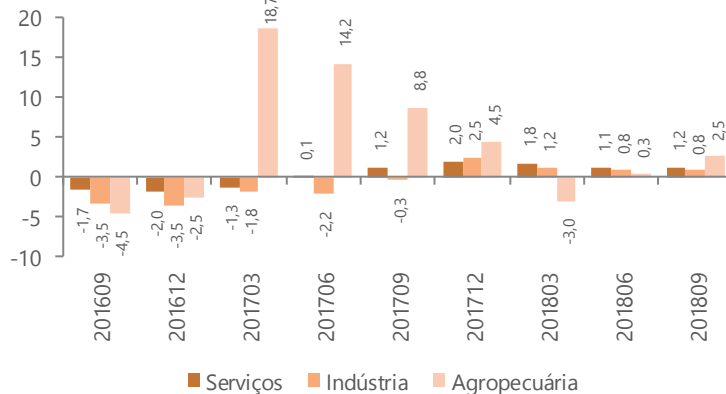
PIB TOTAL

(T/T-4, em %)



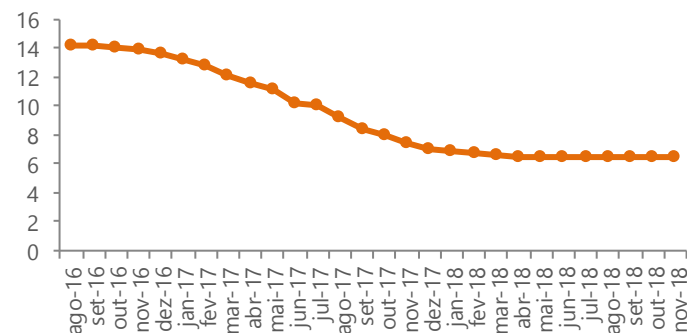
PIB PELA ÓTICA DA PRODUÇÃO

(T/T-4, em %)



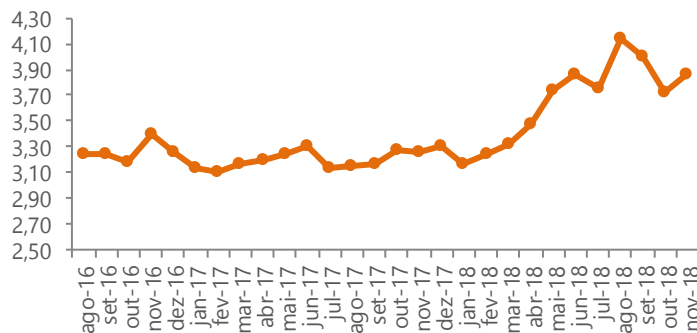
TAXA DE JUROS – SELIC EFETIVA

(em % a.a.)



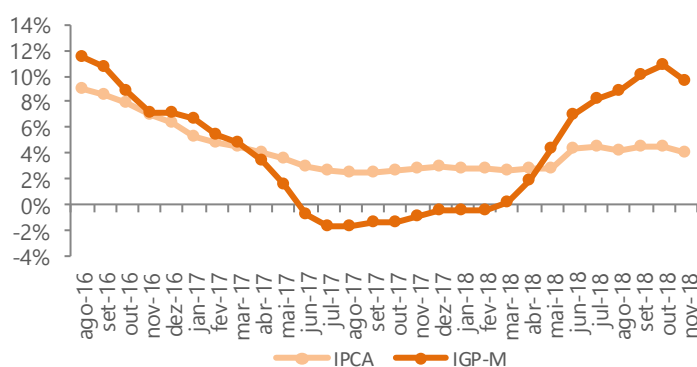
TAXA DE CÂMBIO – R\$/US\$

(taxa de fim de período)



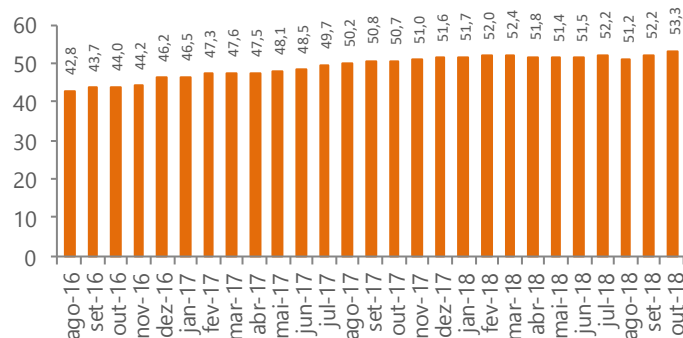
INFLAÇÃO – IPCA E IGP-M

(variação % ac. em 12 meses)



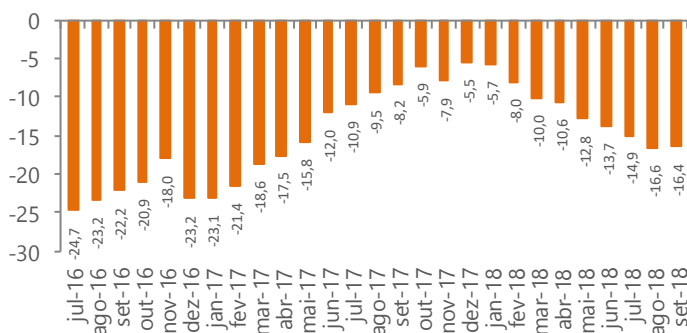
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO

(como % do PIB ac. em 12 meses)



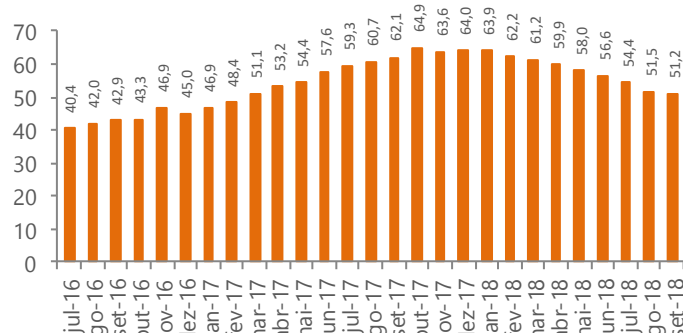
SALDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES

(em US\$ bilhões, ac. em 12 meses)



SALDO DA BALANÇA COMERCIAL

(em US\$ bilhões, ac. em 12 meses)



Glossário

Arrecadação do Setor Segurador: Contempla o prêmio direto de seguros, prêmio emitido em regime de capitalização, contribuição em previdência, faturamento de capitalização e contraprestação de saúde suplementar.

Prêmio Direto de Seguros: Emissão de prêmio líquida de cancelamento e restituição.

Prêmio Emitido em Regime de Capitalização: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio de seguros estruturados no regime financeiro de capitalização.

Contribuição de Previdência: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio do plano de previdência.

Faturamento de Capitalização: Faturamento com títulos de capitalização líquida de devolução e cancelamento.

Contraprestação de Saúde Suplementar: Contraprestação líquida/prêmios retidos para coberturas assistenciais Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistro ocorrido/indenização/sorteio/resgate/benefício do Setor Segurador: Contempla o sinistro ocorrido de seguros, resgate e benefício de previdência, sorteio e resgate de capitalização e indenização de saúde suplementar.

Sinistro ocorrido de Seguros: Indenizações avisadas, despesas relacionadas a seguros, retrocessões aceitas, variação das provisões de sinistro, e serviços de assistência, líquido dos salvados e ressarcidos avisados e de sua variação do ajuste da PSL. Considera as parcelas administrativas e judiciais, consórcios e fundos e despesas com benefícios em regime de capitalização e repartição de capitais de cobertura para seguros.

Resgate e benefício de Previdência: Valor correspondente a cada um dos resgates e benefícios destinados à cobertura do plano de previdência.

Sorteio e resgate de Capitalização: Valor correspondente aos prêmios de sorteios e resgates pagos com títulos de capitalização.

Indenização de Saúde Suplementar: Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos de cobertura assistencial Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistralidade: Contempla sinistralidade de seguros e saúde suplementar

Sinistralidade de seguros: proporção do sinistro ocorrido sobre o prêmio ganho.

Sinistralidade de saúde suplementar: proporção de indenização de saúde suplementar sobre a contraprestação de saúde suplementar.

Despesas de comercialização do Setor Segurador: Despesas de comercialização e custos de aquisição agregados em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Despesa administrativa do Setor Segurador: Despesas administrativas em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Ativo do Setor Segurador: Recursos econômicos na forma de bens e direitos em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Provisão do Setor Segurador: Passivo contabilizado pelo Mercado Segurador para refletir as obrigações futuras advindas dos compromissos assumidos com os contratantes de suas operações.

Captação líquida dos Planos de Acumulação: Diferença entre a soma das contribuições de previdência e do prêmio emitido em regime de capitalização de VGBL e a soma dos resgates de previdência e de VGBL. Aplicável somente a esses planos.

Captação líquida de Capitalização: Diferença entre o faturamento de Capitalização e o total dos seus resgates.

PIB: Produto Interno Bruto, a soma do valor de todos os bens e serviços finais produzidos no país em determinado período.

PIB mensal: Produto Interno Bruto Nominal mensal, calculado e publicado pelo Banco Central do Brasil (*proxy* mensal para o PIB Nominal oficial, calculado pelo IBGE).

Penetração do Setor Segurador no PIB: Proporção da Arrecadação do Setor Segurador sobre o Produto Interno Bruto.

População Brasileira: Número de habitantes no território Nacional publicado pelo IBGE com base em informações dos registros de nascimentos e óbitos, dos censos demográficos e das contagens de população intercensitárias.

Arrecadação per capita: proporção da Arrecadação do Setor Segurador sobre a População Brasileira.

IPCA: Índice de preços ao consumidor-amplio calculado pelo IBGE.

IGP-M: Índice geral de preços, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Núcleo de Inflação: Segundo o Banco Central do Brasil, núcleo de inflação, também denominado de inflação

subjacente, é uma medida que procura captar a tendência dos preços, desconsiderando distúrbios. resultantes de choques temporários.

Focus: Relatório semanal divulgado pelo Banco Central do Brasil com estatísticas-resumo de expectativas de agentes de mercado para variáveis macroeconômicas.

Selic: Taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil.